



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 069/2014/CONSUP/IFAP, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aprova o PLANO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, NA FORMA SUBSEQUENTE, MODALIDADE A DISTÂNCIA– CÂMPUS MACAPÁ do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.

A PRESIDENTE SUBSTITUTA DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, o que consta no Processo nº 23228.000304/2013-31 e considerando a deliberação na 8ª Reunião Ordinária do Conselho Superior,


RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o PLANO DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM SEGURANÇA DO TRABALHO, NA FORMA SUBSEQUENTE, MODALIDADE A DISTÂNCIA– CÂMPUS MACAPÁ/IFAP.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

ROSANA TOMAZI
Presidente Substituta

* VERSÃO ORIGINAL ASSINADA



CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM
SEGURANÇA DO TRABALHO NA FORMA
SUBSEQUENTE NA MODALIDADE A
DISTÂNCIA

PLANO DE CURSO

CÂMPUS MACAPÁ

2013





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ
EMANUEL ALVES DE MOURA

REITOR “*PRO TEMPORE*”

ELICIA THANES SILVA SODRÉ DE FRANÇA

PRÓ-REITORA DE ENSINO

DARLENE DO SOCORRO DEL-TETTO MINERVINO

DIRETORA DE ENSINO TÉCNICO

MÁRCIO OLIVEIRA DOS SANTOS

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

KLENILMAR LOPES DIAS

DIRETOR GERAL CÂMPUS MACAPÁ

ISABELA ABREU CARVALHO

DIRETORA DE ENSINO CÂMPUS MACAPÁ

MÁRCIO OLIVEIRA DOS SANTOS

JOÃO PAULO PEREIRA DA SILVA

DARLENE DO SOCORRO DEL-TETTO MINERVINO

ELICIA THANES SILVA SODRÉ DE FRANÇA

JOVELINA BARROS DOS SANTOS

ROBERTO DOS SANTOS

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ESCOLAR
CNPJ: 10820882/0001-95
Razão Social: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá
Nome Fantasia: IFAP
Esfera Administrativa: Federal
Endereço: Rodovia BR 210 KM 3, s/n – Bairro Brasil Novo. CEP: 68.909-398
Cidade/UF/CEP: Macapá
Telefone: (96)3198-2150
E-mail de contato da coordenação: redeetecbrasil@ifap.edu.br
Site: www.ifap.edu.br

CURSO TÉCNICO
Eixo Tecnológico: Ambiente, Saúde e Segurança
Denominação do Curso: Curso Técnico em Segurança do Trabalho na forma subsequente na modalidade a distância
Habilitação: Técnico em Segurança do Trabalho
Turno de Funcionamento: Noturno
Números de Vagas: 50
Modalidade: distância
Regime: Modular
Integralização Curricular: 4 Módulos
Total de Horas do Curso: 1.310 horas
Ⓢ Horas de Aula: 1.260 horas.
Ⓢ Estágio não obrigatório
Ⓢ Atividades Complementares: 50 horas
Coordenador (a) do Curso:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

SUMÁRIO

1. JUSTIFICATIVA.....	4
2. OBJETIVOS	6
2.1.OBJETIVO GERAL	6
2.2.OBJETIVOS ESPECÍFICOS	6
3.REQUISITOS DE ACESSO	7
4.PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	7
4.1.ÁREA DE ATUAÇÃO	9
5.ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	9
5.1 MATRIZ CURRICULAR.....	12
5.2.COMPONENTES CURRICULARES, COMPETÊNCIAS, BASES CIENTÍFICAS/TECNOLÓGICAS E REFERÊNCIAS	14
5.3 PRÁTICA PROFISSIONAL	38
5.3.1 Estágio	38
5.3.2 Atividade Complementar	39
6. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	42
6.1 DO APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS	42
6.2 DO APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES	43
7. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	44
8. INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	48
8.1 ESTRUTURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	48
8.2 LABORATÓRIO	48
9. PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	49
10.DIPLOMA	50
REFERÊNCIAS	51
APÊNDICE I – MODELO DE DIPLOMA	50
APÊNDICE II – MODELO DE HISTÓRICO.....	52
APÊNDICE III– FORMULÁRIO PARA AVERBAÇÃO DE CERTIFICADOS	53

1.JUSTIFICATIVA

O Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, esteve entre os primeiros lugares no ranking de acidentes de trabalho no mundo. Na expectativa de reduzir os números desta estatística, legislações específicas do Ministério do Trabalho e Emprego foram criadas. Particularmente a Norma Regulamentadora NR-04, especifica que as empresas privadas e públicas, os órgãos públicos da administração direta e indireta e dos poderes Legislativo e Judiciário, que possuem empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – deverão manter obrigatoriamente, serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), com a finalidade de promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho.

No Brasil em média são registrados 700 (setecentos) mil acidentes no trabalho por ano de acordo com o Ministério da Previdência, tanto em empresas públicas como privadas, todos os anos se gasta cerca de R\$70 (setenta) bilhões com esse tipo de acidente, sem contar os casos que não são identificados de forma oficial. Entre os acidentes que acontecem com mais frequência são as fraturas, luxações, amputações entre outros.

Segundo os dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregados (CAGED), só em fevereiro de 2010 foram criados 209.425 empregos com carteira assinada no País, decorrentes do crescimento da atividade econômica. Desta forma, aumentou a demanda por profissionais de nível técnico de segurança do trabalho, com o intuito de melhorar a condição de vida dos trabalhadores, possibilitando mecanismos de prevenção para minimizar os problemas de Segurança do Trabalho e desenvolver a consciência auto-preventiva.

Assim, diante das transformações no mundo do trabalho e a inovação tecnológica, o trabalhador não dispõe de tempo livre para acompanhar essas mudanças, passando por processos de exclusão social por não frequentar os ambientes acadêmicos tradicionais. Desta forma, a EaD vem sendo utilizada em todas as esferas governamentais como ferramenta educacional para atender numerosos segmentos da população visando à diminuição desse contingente.

No Amapá esse contexto não é diferente, em virtude do crescimento populacional e do surgimento de pequenas e médias empresas, aumentou o número de acidentes no trabalho. Dados da revista Proteção (2012) indicam ascensão de 21,2% no número de acidentes passando de 663 (seiscentos e sessenta e três) registros em 2010 para 816 (oitocentos e dezesseis) no ano de 2011 de casos de acidentes no trabalho. Percebe-se então a necessidade do Técnico em Segurança do Trabalho, atuando nas ações de prevenção nos processos produtivos, com auxílio de métodos e



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

técnicas de identificação, avaliação e medidas de controle de riscos, identificando doenças profissionais e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle, desenvolvendo ações educativas na área da saúde e segurança do trabalho informando todos os riscos existentes ao empregador e aos trabalhadores.

Nessa perspectiva, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) em estudo sobre a demanda de cursos técnicos para o estado, concluiu que o setor produtivo necessita de profissionais com formação na área de Segurança do Trabalho com apresentem competência e atitude criativa para dar resposta com precisão de trabalho à especificidade exigida pelas tecnologias do ambiente, saúde e segurança. Portanto, o grande desafio a ser enfrentado na busca de cumprir essa função é o de formar profissionais capazes de lidar com a rapidez da produção dos conhecimentos científicos, tecnológicos e de sua aplicação na sociedade e no mundo do trabalho.

Diante do exposto, o objetivo desta Instituição é buscar o aprimoramento e o avanço para o que há de mais moderno em educação, a partir de uma proposta pedagógica dinâmica e contextualizada com os diversos assuntos que envolvem ciência, tecnologia e trabalho, tendo em vista formar profissionais bem preparados, para inserção no mundo do trabalho e na sociedade. Neste sentido, a missão do IFAP é promover educação científica, tecnológica, humanística e social, através da oferta de cursos voltados para a formação inicial e continuada de trabalhadores; cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas integrada e subsequente, nas modalidades presencial e educação a distância; cursos de graduação e pós-graduação; e formação de professores.

Em particular, a oferta de cursos técnicos a distância pelo IFAP tem como perspectiva a mudança e a inovação do conceito de educação a distância como uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem (modelo instrucionista) pelo modelo construtivista o qual conceitua EaD como uma “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”, dando um novo formato a essa metodologia de ensino. O professor passa a ser peça fundamental não só no planejamento e na elaboração de recursos didáticos como também durante todo o processo do ensino e aprendizagem. Assim, o IFAP propõe-se a oferecer esta modalidade de ensino justificando a criação do curso Técnico de

Segurança do Trabalho no IFAP, via EaD, para responder a demanda por futuros técnicos e proporcionar aos estudantes que já tenham concluído o ensino médio a possibilidade de ter uma profissão altamente requisitada no mundo do trabalho.

O presente Plano de Curso Técnico de Nível médio em Segurança do Trabalho na modalidade EaD está em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB nº 9.394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referenciais curriculares que normatizam a educação profissional e tecnológica no sistema educacional brasileiro. Estão presentes também, como marco orientador desta proposta, as decisões institucionais traduzidas nos objetivos desta instituição e na compreensão da educação como uma prática social, os quais se materializam na função social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá - IFAP, de promover educação científica tecnológica humanística, visando à formação integral do cidadão crítico reflexivo, competente, técnica e eticamente comprometido com as transformações sociais, políticas e culturais.

Este curso será oferecido a partir de uma parceria celebrada entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná - IFPR e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP, com o objetivo de democratizar a oferta do ensino técnico público de qualidade, levando cursos não só a regiões distantes e à periferia das grandes cidades, mas incentivar os jovens a concluir um curso técnico melhorando sua qualificação, tendo em vista a inserção no mundo do trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Proporcionar aos profissionais da área de Segurança do Trabalho conhecimentos sobre prevenção e controle de riscos ambientais em locais de trabalho e nas atividades laborais dos setores produtivos da sociedade, visando à redução ou eliminação dos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.

1. 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. **10** Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de habilidades referentes ao ato de planejar, implantar, gerenciar e controlar riscos ambientais, a partir de uma análise dos ambientes de trabalho e ocupações de uma forma geral;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

- ⑩ Trabalhar na perspectiva de promover a interdisciplinaridade da área, orientando o alunado sobre a importância de uma consciência crítica e orgânica dos ambientes laborais;
- ⑩ Desenvolver no alunado a responsabilidade com a preservação ambiental;
- ⑩ Possibilitar ao aluno a compreensão sobre a importância do fator da prevenção e controle dos riscos em ambientes de trabalho, orientando para agir diante de situações emergenciais com ações positivas de solução imediata e eficiente;
- ⑩ Possibilitar ao alunado atividades práticas de elaboração de planos, com visitas a melhorias das condições técnico-organizacionais no trabalho;
- ⑩ Apresentar aos alunos conceitos e normas referentes à Segurança do Trabalho, a partir de estudos de casos;
- ⑩ Formar profissionais capazes de trabalhar em equipe, solucionar problemas em grupo, compartilhar responsabilidades e enfrentar desafios;
- ⑩ Promover a reflexão crítica, o empreendedorismo e o relacionamento social cooperativo, aspectos essenciais para atuação dos futuros profissionais na sociedade.

3. REQUISITOS DE ACESSO

O acesso ao Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância será realizado mediante processo seletivo aberto ao público (exame de seleção), de caráter classificatório e/ou eliminatório de acordo com edital vigente aprovado pela Pró-Reitoria de Ensino, para acesso ao primeiro módulo do curso, para estudantes que detenham o certificado de conclusão do Ensino Médio ou equivalente.

4. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Ao final do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância o estudante deverá estar apto para desenvolver competências profissionais determinadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, que se apresentam a seguir:

- ⑩ Elaborar parecer técnico sobre os riscos existentes nos ambientes de trabalho, bem como orientar os seus superiores e subordinados sobre as medidas de eliminação e neutralização;

⑩ Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;

⑩ Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os às estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo previdencialista em uma planificação, beneficiando o trabalhador;

⑩ Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e dos ambientes de trabalho com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos e estabelecendo procedimentos a serem seguidos;

⑩ Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, administrativos e previdenciários, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;

- Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, ampliação, reforma, arranjos físicos e de fluxo, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;

- Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e autodesenvolvimento do trabalhador;

- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;

- Cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a qualidade de vida;

- Orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previsto na legislação ou constantes de prestação de serviço;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

- Executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e instrucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes de trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;
- Levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações preventivas, normas, regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;
- Articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamentos técnicos de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção em nível de pessoal;
- Orientar os trabalhadores e os empregados sobre as atividades insalubres, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;
- Avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- Articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- Participar de seminários, treinamentos, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional.

4.1 ÁREA DE ATUAÇÃO

O profissional de Segurança do Trabalho tem uma área de atuação bastante ampla abrangendo todas as esferas da sociedade em que haja atividade profissional. Em geral, pode trabalhar em instituições públicas ou privadas tais como: fábricas de alimentos, construção civil, hospitais, empresas comerciais e industriais, mineradoras e de extração. Também pode desenvolver suas atividades na área rural em empresas agro-industriais e como representante de equipamentos de segurança.

5. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O processo de ensino-aprendizagem constitui-se da construção do conhecimento no qual o professor e o estudante são agentes participantes na tentativa de compreender, refletir e agir sobre

os conhecimentos. Neste sentido, os professores nas teleaulas incentivam uma construção do conhecimento através de aulas dialogadas, do material didático e da pesquisa, estimulando o estudante a participar de eventos científicos como seminários, mesas redondas, colóquios, fóruns, entendendo-se que estas atividades permitem uma maior aproximação dos estudantes em relação aos projetos de pesquisa que estes podem vir a realizar no decorrer do curso.

Durante o processo de ensino-aprendizagem os conteúdos serão trabalhados de forma interdisciplinar, buscando um aprendizado mais significativo onde o estudante irá adquirir capacidade de relacionar a teoria e a prática dentro de um universo de conhecimento, experiência e situações profissionais. Seu desenvolvimento técnico-científicos e enriquecido, por questionamentos e soluções inovadoras aplicadas à situações práticas ligadas a sua vida profissional.

A construção do conhecimento e a incorporação de tecnologias e a adoção de práticas pedagógicas contextualizadas atendem as demandas dos processos de produção no que se refere ao eixo Gestão e Negócios.

As situações de aprendizagem previstas no decorrer do curso têm como eixo integrador a relação entre componentes curriculares que consideram o atendimento das demandas, estimulando a participação ativa dos estudantes na busca de soluções para os desafios encontrados. Estudos de caso, pesquisas em diferentes fontes, contato com empresas e especialistas da área, visitas técnicas, trabalho de campo constituem o rol de atividades a serem trabalhados no desenvolvimento dos conteúdos previstos.

Na atual sociedade, estamos aprendendo a conhecer, a comunicar, ensinar, integrando o ser humano e a tecnologia. É importante aprender por todos os canais possíveis, a experiência, a imagem, o som e integrar o singular ao plural.

Aprender é saber se comunicar, falando de algo que conhecemos e vivenciamos e que contribua para que todos avancem no grau de compreensão do que existe. Necessitamos de pessoas agindo com autonomia na sociedade e que modifiquem as estruturas arcaicas e autoritárias existentes.

Segundo Almouloud (1997), o uso do computador permite: individualizar o estudo de comportamento dos sujeitos; tornar os estudantes autônomos na gestão de sua aprendizagem; tratar em tempo real uma parte da avaliação; integrar numerosas informações multidimensionais e ainda diminuir o efeito emocional da avaliação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

Aliado ao computador destaca-se a indiscutível importância da Internet como ferramenta singular na disseminação de ideias, características que rompem com os paradigmas educacionais, em que não cabem mais arbitrariedades de opiniões, linearidade de pensamento, um único caminho a ser trilhado.

A EaD é uma modalidade de ensino em que o estudante busca na interação compreender os conteúdos. É um sistema de ensino no qual há um aporte técnico-metodológico em função da aprendizagem qualitativa desse indivíduo. Há todo um fazer pedagógico que atende as especificidades do estudante EaD objetivando a sua efetiva aprendizagem.

Nesta modalidade a educação pode ocorrer de forma assíncrona¹ e síncrona², quando o ensinante é aquele a quem se ensina encontram-se separados em alguns momentos temporal e/ou fisicamente. Assim, é necessário que ocorra a utilização de ferramentas tecnológicas que ofereçam ao estudante o suporte de que ele necessita para aprender neste novo modelo didático pedagógico.

Durante a semana o estudante ainda conta com o chat diário com o tutor conceitual da disciplina referente à aula anterior.

O segundo momento, o assíncrono, ocorre durante a semana na Tutoria Online. O estudante pode participar e interagir com os pares e com o professor denominado Tutor Conceitual das disciplinas, pelo fórum e e-mails.

As aulas são ministradas por professores especialistas com amplo conhecimento teórico e prático, com o objetivo de conduzir e orientar os estudantes nesse processo de aprendizagem. Para o desenvolvimento do curso, alguns procedimentos metodológicos, foram incluídos visando à melhoria da formação e da aprendizagem dos estudantes como a Formação Inicial em Educação a Distância, que é ofertada nas primeiras aulas, onde os estudantes participam de orientação para realização do curso, enfatizando os procedimentos necessários ao uso das ferramentas e encaminhamentos para formação na modalidade à distância.

As principais recomendações feitas aos estudantes dizem respeito à formação da capacidade de desenvolver sua autonomia intelectual a fim de que o mesmo possa atingir os objetivos de

¹ Assíncrono: aqui temos a categoria mais tradicional do ensino a distância, em que os alunos precisam realizar o auto-estudo. Com a metodologia assíncrona, o conteúdo é adquirido com leitura a materiais sem a intervenção em tempo real, de um professor ou de outro mediador.

² Síncrono: esse tipo de ensino tem a interação em tempo real de um professor ou tutor. Os alunos assistem às aulas via satélite ou então por videoconferência [/BP]. Com esse método o ensino a distância fica menos “distante”, mas o custo pode subir.

aprendizagem propostos no curso. Essas recomendações incluem: assistir e participar das aulas com formulação de perguntas ao professor tutor presencial que, irá repassá-las ao professor web, leitura dos livros referentes a cada aula, recorrer ao apoio e orientação junto aos tutores, realização das atividades solicitadas como a Atividade Autoinstrutiva e Atividade Supervisionada de acordo com as solicitações e orientações disponíveis na trilha de aprendizagem. No polo presencial devem ainda acontecer a formação de grupos de estudos para ampliar a apropriação dos conceitos discutidos em aula.

O planejamento modular ensejará uma relação dialógica permanente entre as competências das diversas funções inerentes ao técnico de Segurança do Trabalho, podendo ser de questionamento, de negação, de complementação, de ampliação e iluminação de aspectos não evidenciados.

Os módulos de ensino deverão articular fundamentos teóricos que embasem a relação entre o conhecimento e sua aplicabilidade na vida profissional, devendo reconhecer as aprendizagens múltiplas construídas ao longo do contexto da escola e das experiências trazidas pelos alunos, que serão trabalhadas metodologicamente em competências e habilidades e não em forma de disciplinas ou matérias com conteúdos isolados.

Adotar-se-á a metodologia de trabalhos interdisciplinares como meio de construir no aluno as capacidades de analisar, explicar, prever, planejar, intervir, supervisionar, na sua área de atuação, sem, no entanto, encará-las como elementos estanques e separados. Será obrigatório o estudo de problemas concretos, a realização de projetos de investigação, roteiros e desenvolvimento de ações de forma contextualizada, interdisciplinar e transdisciplinar, princípios que são inerentes a um processo de aprendizagem novo, participativo e autônomo.

O Curso terá a carga horária de 1.260 (mil duzentas e sessenta) horas distribuídas da seguinte maneira:

- a) Módulo I o aluno construirá as competências básicas para atuar como Técnico em Segurança do Trabalho, em empresas públicas e privadas, com a duração de 300 horas;
- b) Módulo II o aluno construirá as competências técnicas iniciais, que lhe permitirão desenvolver trabalhos voltados a segurança do ambiente de trabalho, com a duração de 360 horas;
- c) Módulo III o aluno construirá as competências da fase técnica intermediária, que lhe permitirão atuar na implementação de sistemas de Segurança do Trabalho em empresas públicas ou privadas, com a duração de 360 horas;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

d) Módulo IV o aluno construirá as competências específicas para habilitação com Diplomação em Técnico em Segurança do Trabalho com a duração de 240 horas.

5.1 MATRIZ CURRICULAR

A Matriz curricular do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subseqüente, na modalidade a distância estruturar-se-á da seguinte forma:

Tabela I. Matriz curricular do curso técnico em segurança do trabalho, na forma subseqüente, na modalidade a distância.

COMPONENTE CURRICULAR		C. H. PRESENCIAL	C. HA DISTÂNCIA	C. H. TOTAL
MÓDULO I	Metodologia em EaD	8	32	40
	Português	8	32	40
	Introdução à Segurança do Trabalho	8	32	40
	Controle de Qualidade	12	48	60
	Indústria da Construção	12	48	60
	Gestão da Segurança do Trabalho	12	48	60
SUBTOTAL		60	240	300
MÓDULO II	Educação para Segurança do Trabalho	12	48	60
	Princípios de Tecnologia Industrial	12	48	60
	Conservação Ambiental	12	48	60
	Controle de Riscos e Sinistros	12	48	60
	Psicologia do Trabalho	12	48	60
	Segurança Agrícola e Rural	12	48	60
SUBTOTAL		72	288	360
MÓDULO III	Responsabilidade Civil e Criminal	12	48	60
	Segurança na Eletrotécnica	12	48	60
	Higiene no Trabalho	12	48	60
	Análise de Riscos	12	48	60
	Ergonomia	12	48	60
	Medicina do Trabalho e Primeiros Socorros	12	48	60
SUBTOTAL		72	288	360
MÓDULO IV	Ética e Cidadania	8	32	40
	EPI e EPC	8	32	40
	Toxicologia	8	32	40
	Direito do Trabalho	8	32	40
	Epidemiologia em Segurança do Trabalho	8	32	40
	Práticas em Saúde e Segurança do Trabalho	8	32	40
SUBTOTAL		48	192	240
TOTAL DE HORAS/AULAS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL				1.260
PRÁTICA PROFISSIONAL: (ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO E ATIVIDADES COMPLEMENTARES)				50
TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO CURSO				1.310

5.2 COMPONENTES CURRICULARES, BAES CIENTÍFICAS / TECNOLÓGICAS E REFERÊNCIAS

- Evolução do mercado de trabalho;
- A Educação a Distância;
- As gerações da Educação a Distância;
- A educação a distância no IFAP, Metodologia dos cursos EAD.
- O papel do tutor presencial na EAD;
- O perfil do aluno na Educação a distância;
- História da computação, hardware, software, História da internet, usando um navegador;
- O Broffice – Conceitos básicos;
- Apresentação e Conceitos Básicos, Fórmulas;
- Portal Educacional – Funcionalidades Básicas, Relatórios e Dados Cadastrais, Recados, Fórum e Chats;
- Envio de atividades, exercícios e gabaritos.

REFEFÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

AYROSA Cristina CALABRESE, Giovane, MACHADO Mércia, PACHECO, Marinêz. RODRIGUES, Andréa. **Metodologia em Educação a Distância, IFPR**. Curitiba: 2010. ALMEIDA, Marcus G. **Fundamentos de Informática: Software e Hardware**. 2. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2002.

CAPRON, H. L.; JOHNSON J. A. **Introdução à Informática**. Tradução de José Carlos Barbosa dos Santos; **revisão técnica** de Sérgio Guedes de Souza. 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. Título original: Computers –Tools for an information age – Brief – Eighth edition.

MORAN, José Manuel, MASETTO, Marcos T. e BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Ed. Papirus, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, Gláucia da Silva; PURIFICAÇÃO, Ivonélia da. **Educação e Novas Tecnologias – um Re-pensar**. Curitiba: Ibpex, 2006.

GUAREZI, R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos**. Curitiba: Ibpex, 2009.

NEVADO, R. A. **Estudo do possível Piagetiano em ambiente de aprendizagem informatizado**. São Paulo: Ática, 1997.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

PORTUGUÊS (40 H)

MÓDULO I

- Gramática (morfologia, concordância verbal, regência verbal, crase, acentuação, ortografia);
- Produção de texto;
- Redação técnica;
- Interpretação de texto;
- Atas de reunião;
- Ofícios.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CEREJA, William Roberto; MAGALHÃES Thereza Cochar. **Português Linguagens: Literatura, produção de texto e gramática**. São Paulo: Atual, 2006.

LOPES, Glaucia; PORRUA, Regiane Pinheiro Dionísio. **Língua Portuguesa I**. Instituto Federal 2010.

PASCHOALIN; SPADOTO. **Gramática: teoria e exercícios**. São Paulo: FTD, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BELTRÃO, Odacir; BELTRÃO, Mariúsa. **Correspondência – linguagem & comunicação**. São Paulo: Atlas, 1998.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação empresarial**. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Correspondência – técnicas de redação criativa**. São Paulo: Atlas, 1997. KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

- Normas de Saúde e Segurança do Trabalho;
- Aspectos legais da sua profissão;
- Setores de produção.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Cláudio Antônio Dias de et al. **Manual prático de saúde e segurança do trabalho**. São Caetano do sul, SP: Yendis Editora, 2009.

ZOCCHIO, A. **Prática da prevenção de acidentes: ABC Segurança do trabalho**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. **CLT- LTR 2011**. 38 Ed. São Paulo: LTR, 2011.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. **Acidentes de Trabalho: Doenças Ocupacionais e Nexo Técnico Epidemiológico**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2010.

SALIBA, Tuffi Messias; PAGANO, Sofia C. Reis Saliba. **Legislação de Segurança, Acidente do Trabalho e Saúde do Trabalhador**. 7 ed. São Paulo: LTR, 2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

CONTROLE DE QUALIDADE (60 H)

MÓDULO I

- Evolução histórica do conceito de qualidade;
- Qualidade no Brasil e no mundo;
- Ferramentas da qualidade;
- Normas e certificações;
- Prêmio Nacional da Qualidade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAVO, I.; **Gestão de qualidade em tempos de mudanças**. Campinas: Alínea, 2003.
CARVALHO, P. C. **O Programa 5 S e a Qualidade Total**. 4ª.ed. São Paulo:Alínea, 2006.
OAKLAND, J. S.; **Gerenciamento da Qualidade Total**. São Paulo: Livraria Nobel, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CHIAVENATO, I., **Introdução á Teoria Geral da Administração** – 7ª ed. rev. e atual. - Rio de Janeiro: Elsevier, 2003

NBR ISO 9.001: Sistemas de gestão da qualidade – modelo para garantia da qualidade em projeto, desenvolvimento, produção, instalação e assistência técnica. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2000.

OLIVEIRA, Djalma P. R.; **Excelência na administração estratégica: a competitividade para administrar o futuro das empresas**. 4ª ed. revisada. São Paulo: Atlas, 1999.

- Normas Regulamentadoras;
- Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil;

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SAMPAIO, J. C. de A. S. **Programa de condições e meio ambiente do trabalho na indústria da construção**. São Paulo: Editora Pini, 1998.

TEIXEIRA, Pedro Luiz Lourenço. **Segurança do trabalho na construção civil: do projeto à execução final**. Editora Navegar, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Pedro Luiz Lourenço **RECOMENDAÇÃO TÉCNICA DE PROCEDIMENTO: Instalações elétricas temporárias em canteiros de obras**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

_____. **Recomendação Técnica de Procedimentos: Medidas de Proteção contra queda e altura**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

_____. **Recomendação Técnica de Procedimentos: Movimentação e transporte de materiais e pessoas- elevadores de obra**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

GESTÃO DE SEGURANÇA DO TRABALHO (60H)

MÓDULO I

- Conceitos e princípios de administração.
- Estruturas organizacionais.
- Política e programa de Segurança do Trabalho.
- Organização dos serviços especializados em Segurança do Trabalho.
- O Inter-relacionamento da Segurança com as demais áreas da empresa.
- Natureza dos riscos empresariais.
- Normas técnicas;

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAUJO, G. M. de. **Sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional OHSAS18.001 e ISM CODE comentados**. Rio de Janeiro, GVC Editora, 2005.

CICCO, F. de. **A norma BS 8800 – guia para sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: Editora Risk Tecnologia, 1996.

PACHECO, Waldemar Jr. **Qualidade na segurança e higiene do trabalho**: série SHT 9000, normas para gestão da segurança e higiene do trabalho. São Paulo: Atlas, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. ABNT NBR ISO 31.000: Gestão de Riscos – **Princípios e Diretrizes**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2009.

_____. **Sistemas de gestão de saúde ocupacional e segurança: diretrizes para implementação da especificação**. Londres: OHSAS 18002/18001, 1999

MÓDULO II

EDUCAÇÃO PARA SEGURANÇA DO TRABALHO (60H)

MÓDULO II

- Legislação e Normas de Direito do Trabalho e Previdenciário;
- Legislação e Normas aplicadas à Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho;
- Proteção da Mulher e do Menor;
- Acidente do Trabalho
- Causas dos Acidentes do Trabalho.
- Formas de prevenção de Acidentes do Trabalho;
- EPI e EPC
- Inspeção de Segurança;
- Fiscalização do Trabalho.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente; BARRETO, Gláucia. **Curso de Direito do Trabalho**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DINIZ, Ana Paola Santos Machado. **Saúde no Trabalho: Prevenção, Dano e Reparação**. São Paulo: LTr, 2003.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de Direito do Trabalho**. V. I, 22 ed. São Paulo:LTr, 2005.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de Direito do Trabalho**. V. II, 22 ed. São Paulo: LTr, 2005.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

PRINCÍPIOS DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL (60H)

MÓDULO II

- Máquinas e equipamentos: medidas de prevenção e inspeção, classificações: tipos e características.
- Dispositivos de segurança;
- Caldeiras e vasos de pressão.
- Segurança em processos de fabricação e conformação mecânica.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ZOCCHIO, Álvaro; PEDRO, Luiz Carlos Ferreira Pedro. **Segurança em trabalhos com maquinaria**. LTR, 2002.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, A.; TAVARES, J.; LIMA, V. **Prevenção e controle de riscos em máquinas, equipamentos e instalações**. São Paulo: Editora Senac, 2006

NR-13: **Manual técnico de caldeiras e vasos de pressão**. – Edição comemorativa 10 anos da NR-13. – 1. reimpressão. – Brasília: MTE, SIT, DSST, 2006.

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Site: www.abnt.org.br

- Conceituação e importância do meio ambiente;
- Sistemática a seguir na preparação de um estudo da proteção do meio ambiente;
- Preservação ambiental;
- Qualidade do ar, da água e do solo;
- Classificação e destinação de resíduos industriais;
- Aspectos legais, institucionais e órgãos regulamentadores.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

BARBOSA FILHO, Antonio Nunes. **Segurança do trabalho & Gestão Ambiental**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; ROMÉRO, Marcelo de Andrade; BRUNA, Gina Collet. **Curso de Gestão Ambiental**. São Paulo: Manole, 2004.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NBR ISO 10.004: Resíduos Sólidos - Classificação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

NBR ISO 14.001: Sistemas de gestão ambiental – especificação e diretrizes para uso.

Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2004.

CONAMA. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Legislações. Site: <http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

CONTROLE DE RISCOS E SINISTROS (60H)

MÓDULO II

- Importância de análise dos processos industriais sob o ponto de vista do incêndio;
- Tipologias de incêndio;
- Agentes extintores;
- Sistemas de alarme e detecção;
- Sistemas fixos e equipamentos móveis de combate a incêndio;
- Forma de utilização dos principais equipamentos contra incêndios;
- Segurança contra incêndio e brigadas;
- Legislação.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PEREIRA, Áderson Guimarães. **Segurança contra incêndios**. São Paulo: LTR, 2009.

CAMILLO JUNIOR, Abel Batista. **Manual de Prevenção e Combate à Incêndios**. 6 ed. São Paulo: Editora Senac, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMILLO Junior, Abel Batista **NBR 14.276**: Programa de brigada de incêndio. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2006.

ESTADO DO PARANÁ. Polícia Militar do Paraná. Corpo de Bombeiros do Paraná. **Código de Prevenção de Incêndios**. 3ª Ed. 2001.

PEREIRA, Áderson Guimarães; POPOVIC, Raphael Rodriguez. **Tecnologia em Segurança Contra Incêndio**. São Paulo: LTR, 2007.

- Conceituação e importância da psicologia no trabalho;
- Sistemática a seguir na preparação do trabalho dentro da empresa;
- Qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- Aspectos do trabalho nas várias funções estabelecidas no ambiente organizacional.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

FRANÇA, A. C. L.; RODRIGUES, A. L. **Stress e trabalho**: uma abordagem psicossomática. São Paulo: Atlas, 1999.

JACQUES, M. das G.; CODO, W. **Saúde mental e trabalho**: leituras. Petrópolis: Vozes, 2002.

ROSSI, A. M.; PERREWÉ, P. L.; SAUTER, S. L. **Stress e qualidade de vida no trabalho**: perspectivas atuais da saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERGAMINI, C. **Psicologia aplicada à Administração de Empresas**. São Paulo: Atlas, 1999.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Cortez-Oboré, 1992;

MOTA, Míriam Cristina Zaidan. **Psicologia Aplicada em Segurança do Trabalho**: destaque aos aspectos comportamentais e trabalho em equipe da NR-10. 2ª Ed. São Paulo: LTR, 2010.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

SEGURANÇA AGRÍCOLA E RURAL (60H)

MÓDULO II

- Risco na manipulação e aplicação de defensivos agrícolas;
- Segurança no transporte e armazenagem dos produtos agropecuários;
- Segurança na manipulação dos produtos agropecuários;
- Riscos no emprego de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas;
- Animais peçonhentos.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARANO, V. P. **A segurança, a medicina e o meio ambiente do trabalho nas atividades rurais**. São Paulo: LTR Editora, 2006.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTO, José Luiz Viana do. **Riscos de Acidentes na Zona Rural**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Site: <http://www.ufrj.br/institutos/it/de/acidentes/acidentes.htm>

_____. **Prevenção de acidentes com animais peçonhentos**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2001.

ABNT – **Associação Brasileira de Normas Técnicas**. Site: www.abnt.org.br

MÓDULO III

RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL (60H)

MÓDULO III

- Responsabilidade Profissional, Trabalhista, Civil e Criminal: A Co-responsabilidade;
- A reparação do dano;
- Assédio Sexual e Assédio Moral,
- Responsabilidade Social da Empresa.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DINIZ, Ana Paola Santos Machado. **Saúde no Trabalho: Prevenção, Dano e Reparação**. São Paulo: LTr, 2003.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil**. São Paulo: Saraiva, 2008.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Código Penal Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CORTEZ, Julpiano Chaves. **Responsabilidade Civil do Empregador no Acidente do Trabalho: Cálculos**. São Paulo: LTr, 2009.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.

TEIXEIRA, João Luís Vieira. **O Assédio Moral no Trabalho**. Conceito, causas e efeitos, liderança versus assédio, valoração do dano e sua prevenção. São Paulo: LTr, 2009.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

SEGURANÇA NA ELETROTÉCNICA (60H)

MÓDULO III

- Riscos com energia elétrica;
- Medidas de prevenção;
- Estudos de normas vigentes;
- Sinalização.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FERREIRA, V. L. **Segurança em eletricidade**: trabalhar com segurança é essencial. São Paulo: LTR Editora, 2005.

SOUZA, João José Barrico; PEREIRA, Joaquim Gomes. **Manual de Auxílio na Interpretação e Aplicação da nova NR-10**. São Paulo: LTR, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT NBR 5410: Instalações elétricas de baixa tensão. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2008.

ABNT NBR 14039: Instalações elétricas de média tensão de 1,0 kV a 36,2 kV. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.

ABNT NBR 5419: Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2005.

- Agentes: físicos, químicos e biológicos, e seus fatores de riscos ambientais;
- Medição e instrumentação;
- Controle de contaminantes no ambiente de trabalho;
- Ventilação do local de trabalho; Avaliação de sistemas de ventilação;
- Programa de proteção respiratória, auditiva e outras.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Manuais de Legislação Atlas. Segurança e Medicina do Trabalho. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011. CORREA, Marcia Angelim Chaves; SALIBA, Tuffi Messias. **Insalubridade e Periculosidade: Aspectos Técnicos e Práticos**. 10 ed. LTR, 2011.

SALIBA, T.; CORRÊA, M.; AMARAL, L.; RIANI, R. **Higiene do trabalho e programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA**. São Paulo: LTR Editora, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BREVIGLIERO, Ezio; POSSEBON, José; SPINNELI, Robson. **Higiene Ocupacional: Agentes Biológicos, Químicos e Físicos**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

_____. **Normas de higiene ocupacional – NHOs de 01 a 07**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 1999 a 2002.

_____. Programa de Proteção Respiratória. **Seleção e uso de respiradores**. Ministério do Trabalho e Emprego: Fundacentro, 2002.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

ANÁLISE DE RISCOS (60H)

MÓDULO III

- Inspeções em áreas de riscos as NR: 10, 13, 18, 33 e áreas classificadas;
- Análise e Avaliação de Risco;
- Laudos e Perícias.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: A Atlas, 2011.

NETO, Antônio Buono; BUONO, Elaine Arbex. **Manual prático para elaboração de laudos periciais em Medicina do Trabalho**. São Paulo: LTR, 2002.

_____. **Tecnologias Consagradas de Gestão de Riscos**. Reimpressão da coletânea "Técnicas Modernas de Gerência de Riscos" e do livro "Introdução à Engenharia de Segurança de Sistemas", de autoria de **Francesco De Cicco** e **Mario Luiz Fantazzini**. Série Risk Management. 2 ed. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br.

FUNDACENTRO. **Portal da Saúde e Segurança do Trabalhador**. Site: www.fundacentro.gov.br.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

- Conceituação;
- Noções de fisiologia do trabalho;
- Idade, fadiga, vigilância e acidente;
- Aplicações de força;
- Aspectos antropométricos;
- Dimensionamento de postos de trabalho.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

IIDA, I. **Ergonomia**: projeto e produção. São Paulo: Edgar Blücher, 2005.

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO, R. P.; PIRES, L. **Ergonomia**: fundamentos da prática ergonômica. São Paulo: LTr,2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTO, H. de A. **Ergonomia aplicada ao trabalho**: o manual técnico da máquina humana. Belo Horizonte: Ergo Editora, 1996. (vol I e II).

FALZON, P. **Ergonomia**. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

KROEMER, K. H. E.; GRANDJEAN, E. **Manual de ergonomia**: adaptando o trabalho ao homem. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

MEDICINA DO TRABALHO E PRIMEIROS SOCORROS (60H)

MÓDULO III

- Primeiros socorros, medidas de segurança e seus aspectos legais;
- Condutas adequadas a cada acidente: estado de choque, vertigens, desmaios, convulsões, hemorragias, ferimentos, fraturas, luxações, entorses, queimaduras, ressuscitação cardiopulmonar, corpos estranhos, intoxicação ou envenenamento, acidente com animais raivosos ou peçonhentos e afogamentos
- Prevenção e controle de doenças.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KAWAMOTO, Emilia Emi. **Acidentes**: como socorrer e prevenir. São Paulo: E.P.U., 2002.

MALVESTIO, M. A. **Primeiros socorros**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

MICHEL, Oswaldo. **Guia de Primeiros Socorros**: para cipeiros e serviços especializados em medicina, engenharia e segurança do trabalho. LTR, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARTMANN, Mercilda; BRUNO, Paulo; SILVEIRA, José Marcio da Silva. **Primeiros Socorros** – Como agir em situações de emergência. São Paulo: Senac, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Profissionalização de Auxiliares de Saúde**: Atendimento de Emergência. 2 ed. Brasília, DF. MS. 2003.

NASI, Luiz Antônio. **Rotinas em Pronto-Socorro**: Tratamento do Queimado. Porto Alegre, RS: Artes Médicas. 1994.

MÓDULO IV

ÉTICA E CIDADANIA (40 H)

MÓDULO IV

- Relação entre ética e cidadania.
- Ética e moral.
- Ética e globalização.
- Ética e mundo do trabalho.
- Ética e democracia.
- Sistema público de segurança do Brasil.
- Valores morais e relações humanas: preconceito, discriminação, intolerância e valorização da alteridade.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAMARGO, Marculino. **Fundamentos de ética geral e profissional**. 6ed. Editora Vozes, 2001.
- PASSOS, Elizete. **A ética nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2004.
- SROUR, Robert Henry. **Ética empresarial**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- Código de Ética Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho.
- GURGEL, Yara Maria Pereira. **Direitos Humanos, princípios de igualdade e não discriminação**: sua aplicação às relações de trabalho. São Paulo: LTR, 2010.
- PEREIRA, Môsiris Roberto Giovanini. **História Ocupacional**: uma construção sociotécnica e ética. São Paulo: LTR, 2005.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

**EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO
COLETIVA (40H) MÓDULO IV**

- Tipo, uso, legislação pertinente;
- Inspeção em equipamentos de proteção individual e coletiva.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. **CLT-LTR 2011**. 38 Ed. São Paulo: LTR, 2011.

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011..**Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.Bibliografia complementar:

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Site: www.abnt.org.br

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

INMETRO. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. www.inmetro.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Inspeção do Trabalho. Segurança e Saúde no trabalho. Site: http://www.mte.gov.br/seg_sau/default.asp.

- Contaminantes e seus limites de tolerância;
- Limites de ação;
- Doenças crônicas;
- Estudos de caso.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BELLUSCI, Silvia Meirelles. **Doenças profissionais ou do trabalho**. São Paulo: Editora.

Senac, 2006. MICHEL, Oswaldo da Rocha. **Toxicologia Ocupacional**. Rio de Janeiro: Revintel, 2000.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FUNDACENTRO. **Portal da Saúde e Segurança do Trabalhador**. Site: www.fundacentro.gov.br

OGA, CAMARGO; BATISTUZZO. **Fundamentos de Toxicologia**. Editora: ATHENEU. 3ª Edição. 2008.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

DIREITO DO TRABALHO (40H)

MÓDULO IV

- Direito do Trabalho;
- Constituição e a Consolidação das Leis do Trabalho;
- Contrato de trabalho e Relações do Trabalho;
- Direitos Trabalhistas;
- Direito coletivo de trabalho.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2006.
MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. São Paulo: Atlas, 2004.
NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE, Everaldo Gaspar Lopes de. **Direito do Trabalho e Pós Modernidade**. São Paulo: LTr, 2005.
JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2005.
VIANNA, Segadas. **Antecedentes Históricos**. In: SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2003

- Estatística aplicada;
- Coeficientes de gravidade, frequência, morbidade e mortalidade;
- Estatísticas acidentárias no Brasil;
- Custeio acidentário;
- Estudos de caso.

REFERÊNCIAS**BIBLIOGRAFIA BÁSICA**

PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

ROUQUAYROL Z. M; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e Saúde**. 6ª Ed. Guanabara Koogan, 2009.

ALBUQUERQUE, Paulo Rogério. **FAP/NTEP - Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário. Fator Acidentário de Prevenção: um novo olhar sob a saúde do trabalhador**. São Paulo: LTR, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABNT NBR 14280: Cadastro de Acidente do Trabalho – Procedimento e Classificação. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2001. **MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. Anuário Estatístico da Previdência Social AEPS 2008**. Brasília, 2008. Disponível em: www.inss.gov.br.

MORETTIN, Luiz Gonzaga. **Estatística Básica. Probabilidade**. v. 1. Editora Person, 1999.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

PRÁTICAS EM SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO (40H)

MÓDULO IV

- Legislação e Normas Regulamentadoras;
- LTCAT;
- PPRA;
- PCMSO;
- PPP.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Manuais de Legislação Atlas. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 67 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

POSSIBOM, Walter Luiz Pacheco. NR'S 7 E 9 - **PCMSO — PPRA — PCA — PPR — PGRSS**: Métodos para elaboração de programas. São Paulo: LTR, 2008.

SHERIQUE, J. **Aprenda como fazer demonstrações ambientais** – PPRA / PCMAT / PGR / LTCAT / LT / PPP / GFIP. 4. ed. São Paulo: LTR Editora, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **PPP na aposentadoria especial**: Quem deve fazê-lo. Como elaborá-lo. Períodos incluídos. Seus signatários. Para quem entregá-lo. 2 ed. São Paulo: LTR, 2003.

_____. **Segurança e Medicina do Trabalho**. 7ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COSTA, Armando Casimiro; FERRARI Irany; MARTINS, Melchíades Rodrigues. **CLT-LTR 2011**. 38 Ed. São Paulo: LTR, 2011

5.3 PRÁTICA PROFISSIONAL

A prática profissional proposta é regida pelos princípios da equidade (oportunidade igual a todos), flexibilidade (mais de uma modalidade de prática profissional), aprendizado continuado (conciliar a teoria com a prática profissional) e acompanhamento total ao estudante (orientador em todo o período de sua realização).

A prática profissional configurar-se-á como um procedimento didático-pedagógico que contextualiza, articula e inter-relaciona os saberes apreendidos, relacionando teoria e prática, a partir da atitude de desconstrução e (re) construção do conhecimento.

2. 5.1.1. Estágio

O Estágio é uma atividade que tem como objetivo oportunizar experiências através de atividades inerentes ao Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância, devendo as atividades programadas nesse momento, manter uma correspondência com o perfil do curso e com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo aluno no decorrer do curso.

A modalidade de estágio definida neste Plano para o Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância será o estágio não-obrigatório, que deverá obedecer as normas instituídas pela Lei do Estágio nº11.788, de 25 de setembro de 2008.

O Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescido a carga horária regular e obrigatória, e parte do projeto pedagógico do curso. A realização de estágio não-obrigatório, com remuneração, devidamente comprovado por documentação emitida pelo local de estágio poderá ser válido somente quando atender o mínimo de 100 (cem) horas realizadas.

Durante a realização do estágio, o aluno deverá ser acompanhado por um professor orientador, designado pela coordenação do curso, levando-se em consideração as condições de carga-horária dos professores. Além do professor-orientador, o estudante também será acompanhado em sua prática profissional por um responsável técnico da empresa promotora do estágio.

São mecanismos de acompanhamento e avaliação de estágio:

- Plano de estágio aprovado pelo professor orientador, juntamente com o supervisor técnico;
- Reuniões do aluno com o professor orientador, nas quais serão discutidos eventuais situações-problemas vivenciadas pelo aluno no ambiente de estágio;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

- Elaboração de relatório final do estágio supervisionado de ensino, com assinatura e avaliação do desempenho do estagiário pelo supervisor técnico, bem como a avaliação final do professor orientador.

Após a conclusão do estágio, o estudante terá um prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para entregar o relatório ao professor orientador que fará a correção do ponto de vista técnico e emitirá uma nota entre 0 (zero) e 10 (dez), sendo exigido ao estudante rendimento igual ou superior a 6,0 (seis).

Caso o estudante não alcance a nota mínima exigida no relatório final, deverá ser reorientado pelo professor orientador, com o fim de realizar as necessárias adequações/correções e, em um prazo máximo de vinte dias, deverá entregá-lo ao professor orientador.

O professor orientador deverá preencher a ficha de avaliação final de estágio, indicando o desempenho do aluno, dentre outras informações, e encaminhar uma cópia desta ficha para a coordenação de estágio e original para a coordenação de curso, que por sua vez encaminhará ao registro escolar para arquivar na pasta do aluno.

O relatório de estágio poderá ser apresentado aos professores e coordenador de curso e aos alunos da turma para socialização da experiência vivenciada.

5.1.2 Atividade Complementar

De modo a permitir uma formação integral, além do estágio não-obrigatório, de caráter optativo, os estudantes do Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância devem cumprir um mínimo de 50 (cinquenta) horas de atividades complementares **em caráter obrigatório**, ao longo do curso.

Compreende-se como atividade complementar aquela que complementa a carga horária do curso, no que se refere à prática profissional, e que pode ser cumprida pelo estudante de várias formas, de acordo com o planejamento ajustado pela Coordenação do Curso.

Quando a atividade complementar for realizada em outra instituição que não seja o IFAP, o estudante deverá apresentar comprovante (originais e cópias) da atividade, ao final do curso, na Secretaria Escolar, que por sua vez, deverá encaminhar a Coordenação de Curso, que se responsabilizará pela validação do documento, e em seguida, devolverá para a Secretaria Escolar. Esta última encaminhará uma cópia do documento para a Coordenação de Estágio e arquivará outra na pasta do aluno. No caso da atividade complementar realizada no IFAP, basta o aluno apresentar comprovante (originais e cópias) da atividade, ao final do curso, na Secretaria Escolar,

que por sua vez, deverá encaminhar uma cópia do documento para a Coordenação de Estágio e arquivar outra na pasta do estudante.

As atividades complementares realizadas antes do início do curso, não podem ter atribuição de créditos, pois somente serão validadas as atividades desenvolvidas ao longo do curso no qual o aluno estiver regulamente matriculado. Cabe ressaltar, que as atividades complementares deverão ser desenvolvidas sem prejuízo das atividades regulares do curso.

As atividades complementares, integrantes da prática profissional, poderão compreender a participação em palestras, feiras, oficinas, minicursos (como palestrante/instrutor), monitorias, prestação de serviços, produção artística, ações culturais, ações acadêmicas, ações sociais, desenvolvimento de projetos de iniciação científica, de pesquisa e de extensão cadastrados nas respectivas pró-reitorias, em que o estudante possa relacionar teoria e prática a partir dos conhecimentos (re) construídos no respectivo curso.

São aceitos como atividades complementares:

Projetos de Iniciação Científica - Participação em projetos de pesquisa como colaborador, com entrega de relatório ao professor orientador. Também inclui a participação em eventos científicos como ouvinte e/ou atuante assim como organização de eventos escolares, científicos e culturais no IFAP, como semanas, jornadas, exposições, mostras, seminários e cursos de extensão. Consideram-se também as apresentações de trabalhos em eventos científicos, sob a forma de pôster, resumo ou artigo científico.

Atividades Culturais - Participação em atividades como: orquestra, grupo de teatro, grupo de coral ou similares, oferecidas pelo IFAP, outras Instituições de Ensino ou órgãos da sociedade civil organizada.

Atividades Acadêmicas - Participação em jornada acadêmica ou atividades extracurriculares organizadas pelo curso de Segurança do Trabalho ou áreas afins, realizadas no IFAP ou em outras Instituições de ensino, pesquisa e extensão; Participação em eventos promovidos pelo curso; Participação em curso de extensão; Proferir palestras profissionalizantes; Cursar programas de aprendizagem ofertados por outras instituições de ensino profissionalizante ou de graduação; Realizar atividades de monitoria relacionadas ao componente curricular.

Ações Sociais - Realização de atividades sociais, como, por exemplo, a participação em projetos voltados para a comunidade que promovam melhoria da qualidade de vida, cidadania, educação, trabalho e saúde, seja na condição de organizador, monitor ou voluntário.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

Cada atividade complementar terá uma carga horária mínima e máxima, conforme estabelecido no quadro abaixo, não permitindo ao aluno cumprir toda sua carga horária em um só tipo de atividade.

Tabela II – Atividade/categoria e carga-horária

ATIVIDADE / CATEGORIA	C.H. MÍNIMO	C.H. MÁXIMO
Visitas técnicas (via coordenação ou individual)	03h	10h
*Atividades científicas (participação em congressos, seminários, palestras, minicurso, fóruns, Workshop, mostra científica e tecnológica, feiras e exposições)	30h	30h
Participação como Ministrante em atividades científicas e acadêmicas.	2h	20h
*Atividades Esportivas (torneios, jogos, cursos de danças,...)	04h	08h
*Produção Acadêmica/Científica (autor ou co-autor de artigos publicados em jornais e/ou revistas científicas, anais, periódicos e painéis)	04h	12h
Cursos extracurriculares (línguas, extensão, treinamento, componentes curriculares optativos...)	10h	30h
*Produção cultural: filmes, teatro, shows, feiras, exposições, patrimônios culturais. (participação em: livros/capítulo de livro, materiais publicados em jornais, revistas)	04h	12h
Integralização de curso de extensão em áreas afins ao curso	04h	12h
Exercício de representação estudantil nos órgãos colegiados da instituição	10h	20h
Participação em eventos sociais como monitor, voluntário ou organizador.	04h	08h

**Cada participação nestas atividades equivalem à carga horária mínima descrita no quadro.*

6 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores está de acordo com o Artigo 41 da Lei nº9394 de 20 de dezembro de 1996, artigo 11 da Resolução CNE/CEB nº06/2012.

6.1 DO APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS

Entende-se por aproveitamento de conhecimentos o processo de reconhecimento de componentes curriculares ou módulos cursados em uma habilitação específica, com aprovação no IFAP ou em outras Instituições de Ensino de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na forma subsequente, credenciadas pelos Sistemas Federal e Estadual, bem como em Instituições Estrangeiras, para a obtenção de habilitação diversa.

O aluno matriculado solicitará a Coordenação de Registro Escolar em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s), tendo como base o aproveitamento de estudos anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I e III do art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

A concessão do aproveitamento de estudo no Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância quando se tratar de componente(s) curricular(es), além do histórico escolar é necessário apresentar o programa dos referidos componentes cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Quando se tratar de módulo(s) o aluno deverá anexar os seguintes documentos:

- Certificado de Qualificação Profissional de Nível Técnico com o histórico escolar conforme estabelece art. 37 e art. 38 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o ou documento comprobatório de habilitação do módulo inicial;
- O programa dos componentes curriculares cursados com aprovação, com registro de conteúdos e carga horária total das aulas teóricas e práticas, devidamente autenticado e assinado pela Instituição de origem.

Nos casos em que os documentos são oriundos de instituições estrangeiras, os mesmos deverão ter traduções oficiais, e o curso deverá ter sua equivalência com os inseridos no cadastro nacional de cursos de educação profissional técnica de nível médio, aprovada por instituição autorizada pelo MEC para tal fim.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

Tratando-se de aproveitamento de componente(s) curricular(es) ministrado(s) no próprio IFAP o requerente ficará dispensado do cumprimento da entrega dos documentos da Instituição.

A análise da equivalência do(s) componente(s) curricular (es) ou módulo(s) será feita pela Coordenação de Curso observando a compatibilidade de carga horária, bases científico-tecnológicas ou competências/habilidades. O tempo decorrido da conclusão dos elementos mencionados acima não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento do componente ou módulo solicitado no IFAP.

A avaliação da correspondência de estudos deverá recair sobre os conteúdos que integram os programas dos componentes curriculares apresentados e não sobre a denominação dos componentes curriculares cursados. Serão aproveitados os componentes curriculares cujos conteúdos e cargas horárias coincidirem em, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) com os programas dos componentes curriculares do respectivo curso oferecido pelo IFAP.

O discente poderá obter dispensa, por aproveitamento de estudos, de, no máximo, 30% (trinta por cento) da carga horária total dos componentes curriculares do curso, sendo vedado o aproveitamento de estudos para componentes curriculares em que o requerente tenha sido reprovado. Não será permitida a solicitação de aproveitamento de estudos para alunos matriculados no primeiro módulo do curso, exceto para alunos transferidos durante o período letivo.

6.2 DO APROVEITAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Entende-se por aproveitamento de experiências anteriores o processo de reconhecimento de competências adquiridas pelo aluno, mediante um sistema avaliativo, com vistas à certificação desses conhecimentos desde que coincidam com as competências requeridas nos componentes curriculares integrantes do Curso Técnico de Nível médio Segurança do Trabalho em Informática, na forma subsequente.

Poderão ser aproveitadas experiências adquiridas:

- Em cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores (antigos cursos básicos); ou;
- Em atividades desenvolvidas no trabalho e/ou alguma modalidade de atividades não-formais.

O tempo decorrido da obtenção de experiências anteriores não poderá ser superior a 02 (dois) anos ao pedido de aproveitamento solicitado no IFAP.

O aluno matriculado solicitará a Coordenação de Registro Escolar, em prazo estabelecido no Calendário Escolar, a dispensa do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) tendo como base o aproveitamento de experiências anteriores, de acordo com o que estabelece os incisos I e III do art. 36 da Resolução CNE/CEB nº 06/2012.

A solicitação do aluno deverá ser acompanhada de justificativa e/ou de documento (s) comprobatório(s) de experiência(s) anterior(es).

A Coordenação de Registro Escolar encaminhará o processo à Coordenação de Curso que designará uma comissão composta pelos seguintes integrantes: coordenador do curso, como presidente da comissão; um técnico da área pedagógica e no mínimo 02 (dois) professores abrangendo as áreas de conhecimento do(s) componente(s) curricular(es) ou módulo(s) que o aluno solicita dispensa. Esta comissão realizará a avaliação das competências requeridas, apresentando posteriormente relatório contendo os resultados obtidos, bem como os critérios e os instrumentos adotados para a avaliação, devendo tal relatório constar do dossiê do aluno.

Para que o estudante tenha dispensa do(s) componente(s) curricular(es), ou módulo(s), deverá obter nota igual ou superior a 6,0 (seis.) em cada componente avaliado.

6 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação, parte integrante do processo educativo, é entendida como um constante diagnóstico participativo na busca de um ensino de qualidade, resgatando-se seu sentido formativo e afirmando-se que ela não se constitui um momento isolado, mas um processo onde se avalia toda prática pedagógica.

Nesse processo, a avaliação assume as seguintes funções: a diagnóstica que proporciona informações acerca das capacidades dos alunos em face de novos conhecimentos que irão ser propostos; a função formativa que permite constatar se os alunos estão de fato atingindo os objetivos pretendidos; e finalmente a função somativa que tem como objetivo determinar o grau de domínio e progresso do aluno em uma área de aprendizagem.

Essas funções devem ser utilizadas como princípios para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades. Funcionando também como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, que deve sempre levar em consideração os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

Neste sentido, a proposta de avaliação da aprendizagem no Curso Técnico de Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a distância, terá como base legal os princípios norteadores expressos na LDB nº 9.394/96 e nos demais documentos legais que norteiam a educação profissional. A avaliação deve ser considerada como elemento construtivo do processo de ensino-aprendizagem, permitindo identificar avanços e dificuldades no desenvolvimento dos alunos. Além disso, a proposta do curso prevê uma avaliação contínua e cumulativa, considerando aspectos qualitativos e quantitativos para desenvolvimento de competências requeridas na formação profissional proposta pelo IFAP. Assim, avaliar as competências deve significar o estabelecimento de uma situação de diálogo entre professor e aluno, descobrindo, juntos, avanços e dificuldades para consolidarem aqueles e corrigirem estas.

Considerando que o desenvolvimento de competências envolve conhecimentos (saberes), práticas (saber-fazer), atitudes (saber-ser) e mobiliza esse conjunto (saber-agir) na realização do trabalho concreto, cabe ao professor adotar uma diversidade de instrumentos e técnicas de avaliação, tais como: atividades teóricas-práticas construídas individualmente ou em grupo, trabalhos de pesquisa, estudos de caso, simulações, projetos, situações-problemas, fóruns, chat's, videoconferência, atividades dirigidas, wiki, elaboração de portfólios, relatórios, provas escritas e/ou oral e/ou prática, entre outros.

Os instrumentos avaliativos servirão para verificar o aprendizado efetivamente alcançado pelo aluno, e ao mesmo tempo para fornecer subsídios ao trabalho docente, direcionando as atividades desenvolvidas na melhoria do processo de ensino e aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão ser explicitados no plano de trabalho docente de cada componente curricular, o qual deverá ser divulgado junto aos estudantes no início do respectivo período letivo.

Dessa forma, ao utilizar diferentes procedimentos e instrumentos para promover o desenvolvimento de uma competência, o professor deverá analisar os resultados obtidos em função das habilidades e conhecimentos previamente definidos no plano de trabalho docente.

O registro do desempenho do aluno durante o período letivo será expresso por uma nota, na escala de 0 (zero) a 10 (dez), cabendo à escola e ao professor garantir a aprendizagem efetiva de todos os alunos.

A avaliação em cada módulo será resultante de diversos instrumentos que permitam o diagnóstico e a verificação do rendimento escolar e deverão estar previstos no plano de trabalho de cada componente curricular, definida (a avaliação) no planejamento estabelecido em cada

polo. Cada módulo deverá constituir-se de no mínimo, 02 (dois) momentos de avaliação, sendo uma avaliação parcial (a distância) e uma avaliação geral (presencial), que deverá ser aplicada de forma individual, escrita e/ou oral e/ou teórica e/ou prática, conforme a especificidade de cada componente curricular. Neste sentido, é importante destacar o disposto no Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, que estabelece obrigatoriedade e prevalência das avaliações presenciais sobre outras formas de avaliação.

A avaliação parcial (distância) será constituída de, no mínimo, 02 (duas) atividades que podem ser aplicadas a distância, cujo resultado final será o somatório de todos os instrumentos expresso por uma nota entre de 0 (zero) a 10 (dez) pontos. Essas atividades didáticos pedagógicas representam um conjunto de instrumentos específicos da modalidade EaD. A avaliação geral aplicada obrigatoriamente de forma presencial, será composta de um único instrumento aplicado individualmente, podendo ser escrita e/ou oral, teórica e/ou prática e seu resultado expresso por uma nota entre 0 (zero) a 10 (dez) pontos. A média do componente curricular no período letivo dar-se-á pelo total dos pontos obtidos pela avaliação parcial (distância) somada a avaliação geral (presencial) dividido por 02 (dois) de acordo com a seguinte fórmula:

$$MCC = \frac{(AVG + AVP)}{2}$$

MCC = MEDIA DO COMPONENTE CURRICULAR

AVP = AVALIAÇÃO PARCIAL

AVG = AVALIAÇÃO GERAL

Será considerado aprovado o estudante que, ao final do período letivo, obtiver média aritmética igual ou superior a 6,0 (seis) em todos os componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada componente curricular do período letivo.

Dar-se-á uma segunda oportunidade ao aluno que, por motivo relevante e justificável (devidamente comprovado), deixar de comparecer a avaliação geral, desde que seja apresentado requerimento ao coordenador de curso no prazo de até 02 (dois) dias úteis após a realização da referida avaliação.

O estudante que obtiver MCC igual ou superior a 2,0 (dois) e inferior a 6,0 (seis) em até 03 (três) componentes curriculares e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

da carga horária total de cada componente do referido período letivo, terá direito a submeter a recuperação final em cada componente curricular em prazo definido no calendário escolar.

A recuperação final compreenderá todo o conteúdo trabalhado durante o módulo em que o estudante não alcançou a média final do componente curricular e consistirá em uma prova aplicada de forma presencial, escrita e individual.

Será considerado aprovado após avaliação final, o estudante que obtiver média final igual ou maior que 6,0 (seis), calculada através da seguinte equação.

$$MFC = \frac{(MCC + NRF)}{2}$$

MFC – Media Final Componente Curricular

MCC - Media do Componente Curricular

NRF – Nota Recuperação Final

Após a recuperação final, o estudante que não alcançar a média 6,0 (seis) em até, no máximo, 02 (dois) componentes curriculares, prosseguirá para o período seguinte, cursando, concomitantemente, esse(s) componentes(s) objeto(s) de reprovação em horário a ser definido de acordo com as condições da Instituição.

Nos casos em que o estudante, após recuperação final, não alcançar a média 6,0 (seis) em mais de 02 (dois) componentes curriculares, ficará retido no módulo e cursará, no período subsequente, apenas os componentes objeto de reprovação conforme oferta de vaga prevista no calendário escolar.

Caso o estudante deseje cursar um componente curricular que tenha sido reprovado e não haja oferta no Polo em que estiver matriculado, poderá cursar o referido componente em outro polo do IFAP, através de requerimento específico, sujeito a avaliação da Coordenação do Curso. Qualquer despesa decorrente desta alteração, como, por exemplo, o deslocamento do estudante a outro pólo, correrão por conta do estudante.

Considerando a necessidade de discussão coletiva e permanente, envolvendo professor formador, tutor presencial, tutor a distância, coordenador de curso e equipe pedagógica, estes reunir-se-ão por curso, representados pelo Conselho de Classe, que deverá se tornar um espaço de avaliação compartilhada e de tomada de decisões sobre o processo ensino-aprendizagem a fim de estabelecer parâmetros ou correção de rumos do processo formativo.

7 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

- A estrutura física do polo proposto para o curso será montada pela instituição pública parceira do Instituto Federal do Paraná na execução do curso.
- O ambiente do polo terá obrigatoriamente 50(cinquenta) carteiras, um kit tecnológico, composto de um data show, um telão, uma antena parabólica para satélite digital com seu respectivo sintonizador, para o serviço RTV Digital Plus, uma linha telefônica, um computador com a configuração mínima de: Tipo 486, com 100 MHZ de "clock", memória RAM de 4Mbytes, Windows 3.1; winchester de 20Mbytes livres, modem (interno ou externo) com velocidade mínima de 9.600 Bps, e uma impressora jato de tinta ou laser.

7.1 ESTRUTURA DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

- **Salas de Aula:** Com 50 (cinquenta) carteiras, quadro branco, condicionador de ar, disponibilidade para utilização de notebook com projetor multimídia.
- **Auditório:** Com 360 (trezentos e sessenta) lugares, projetor multimídia, notebook, sistema de caixas acústicas e microfones.
- **Laboratório Móvel:** com espaço para 20 (vinte) cadeiras, televisor, quatro bancadas, condicionador de ar, 06 (seis) armários, impressora.
- **Biblioteca:** Com espaço de estudos individual e em grupo, equipamentos específicos e acervo bibliográfico. Quanto ao acervo da biblioteca deve ser atualizado com no mínimo cinco referências das bibliografias indicadas nas ementas dos diferentes componentes curriculares do curso.

A Biblioteca deverá operar com um sistema informatizado, possibilitando fácil acesso via terminal ao acervo da biblioteca. O sistema informatizado propicia a reserva de exemplares. O acervo deverá estar dividido por áreas de conhecimento, facilitando, assim, a procura por títulos específicos, com exemplares de livros e periódicos, contemplando todas as áreas de abrangência do curso. Deve oferecer serviços de empréstimo, renovação e reserva de material, consultas informatizadas a bases de dados e ao acervo, orientação na normalização de trabalhos acadêmicos, orientação bibliográfica e visitas orientadas.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

7.2 LABORATÓRIO

A estrutura física necessária para o Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente para o Campus/Polo Laranjal do Jari será descrita a seguir.

Tabela III - Laboratório de Informática:

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Computador: Processador x86 , 2.3GHz , cache L2;DDR2-800Mhz; SATA-2 , vídeo integrada a placa mãe; Monitor LCD de 17" widescreen	40
No-break: entrada:-Voltagem: bivolt automático	2
Estabilizador superior a 2500 va	10
No-break: entrada: -Voltagem: bivolt automático. -Variação máxima (V): 88 a 141 e 170 a 262. -Frequência de rede (Hz): 60+4. SAÍDA: -Potência máxima (VA): 700. -Tensão nominal (V): 115	40
Data show	2
Cadeira com almofada e rodízios	40

Tabela IV - Laboratório Móvel

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE
Computador: Processador x86 , 2.3GHz , cache L2;DDR2-800Mhz; SATA-2 , vídeo integrada a placa mãe; Monitor LCD de 17" widescreen	20
No-break: entrada:-Voltagem: bivolt automático	1
Impressora	1
Armários	6
Bancada	4
Cadeira com almofada e rodízios	20

8 PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Os docentes que atuarão no Câmpus Macapá, no Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente na modalidade a distância serão selecionados a cada módulo de acordo com os componentes curriculares a serem ofertados, mediante processo seletivo. Esses profissionais serão considerados como bolsistas vinculados ao programa e-Tec Brasil, desempenhando a atividade de tutor ou professor pesquisador.

Os coordenadores envolvidos no curso também serão bolsistas vinculados ao programa e-Tec Brasil, indicados pela Direção-geral, sendo os demais profissionais servidores do quadro efetivo do Câmpus.

9 DIPLOMA

O discente estará habilitado a receber o diploma de conclusão do Curso Técnico de Nível Médio em Segurança do Trabalho na forma subsequente, na modalidade a distância, desde que atenda as seguintes condições:

- Cursar os 04 (quatro) módulos com aprovação e frequência mínima nos componentes curriculares que compõem a matriz curricular seguindo as normas previstas na Instituição;
- Estiver habilitado profissionalmente, após ter cursado carga horária total de 1.310 (mil trezentos e dez) horas, necessárias para o desenvolvimento das Competências e Habilidades inerentes ao profissional Técnico em Segurança do Trabalho;
- Não estar inadimplente com os setores do Câmpus em que está matriculado, tais como: biblioteca e laboratórios, apresentando à coordenação de curso um nada consta;
- Não possuir pendências de documentação no registro escolar, apresentando à coordenação de curso um nada consta.

Desta forma, ao término do curso com a devida integralização da carga horária total prevista incluindo a conclusão da prática profissional, o aluno receberá o Diploma de **Técnico em Segurança do Trabalho**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

REFERÊNCIAS

ALMOULOU, 1997. BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **CATÁLOGO NACIONAL DOS CURSOS TÉCNICOS**. Edição 2012.

ARAÚJO, Alberto Borges de. **Educação tecnológica para a indústria brasileira**. Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Médio e Tecnológico**. Diretrizes Curriculares do Ensino Médio- DCNEM. Brasília, DF, 1998.

CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS TÉCNICOS – Diretoria de Regulamentação e Supervisão da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/catalogonct/> Acesso em 23 de setembro de 2010.

DECRETO Nº 5.154 - Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso em 05 de agosto de 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 2005.

GUIA PRÁTICO PARA ENTENDER A NOVA LEI DE ESTÁGIO/CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA. 3 ed. atual. e rev. - São Paulo: CIEE, 2008. 45p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. O setor de Tecnologia da Informação e Comunicação no Brasil. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/stic/analise_resultados.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2010.

Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, as quais determinam que os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 07 de agosto de 2010.

LEI DO ESTÁGIO, Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm. Acesso em 03 de agosto de 2011.

PARANÁ. IFPR. PROENS. Instrução Interna de Procedimentos PROENS/IFPR. **Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, 2011.

Parecer CNE/CEB nº 16/99. (Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico).

Parecer CNE/CEB nº 39/2004. (Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio).

RESOLUÇÃO nº 1, de 3 de fevereiro de 2005. (Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004).

RESOLUÇÃO Nº 54, de 21/12/2011 (Dispõe sobre a Organização Didático-Pedagógica da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, no âmbito do Instituto Federal do Paraná.).

RESOLUÇÃO Nº 02, de 30 de janeiro de 2012 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio).

RESOLUÇÃO Nº 4, de 6 de junho de 2012 (Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio).

RESOLUÇÃO Nº 6, de 20 de setembro 2012 (Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio).

RESOLUÇÃO CNE/CEB 06/2012 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, de 04 de setembro de 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao

RESOLUÇÃO 01/05 - Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pelo Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e para a Educação Profissional Técnica de nível médio às disposições do Decreto nº 5.154/2004, de 03 de fevereiro de 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_resol11_3fev_2005.pdf. Acesso em 08 de agosto de 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

APÊNDICE

APÊNDICE I
MODELO DE DIPLOMA
FRENTE



The image shows a template for a diploma from the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá. At the top center is the coat of arms of Brazil. Below it, the text reads: 'REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL', 'MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO', and 'INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ'. To the right is a blue circular logo. The word 'Diploma' is written in a large, elegant script. The main body of the diploma contains a paragraph in italics: 'O Diretor Geral do Câmpus Macapá do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, no uso de suas atribuições e considerando a conclusão do Curso Técnico de Nível Médio em xxxxxxxx, na forma xxxxxxxx eixo tecnológico xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, em 27 de fevereiro de 2013, confere o título de Técnico em xxxxxxxx a'. The name 'João Teixeira da Silva' is printed in bold. Below this, another paragraph in italics states: 'Nacionalidade brasileiro, naturalidade amapaense – AP, nascido em 5 de dezembro de 2013, RG 000000000 POLITEC-AP, CPF 000000000 e outorga-lhe o presente diploma, a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.' The date 'Macapá, 24 de junho de 2013' is on the right. At the bottom, there are three lines for signatures: 'Diretor Geral - Câmpus Macapá / Portaria n° XXX', 'Diplomado', and 'Reitor / Portaria n° XXX'. A large, faint watermark 'MODELO' is visible across the center.

Fonte – Coordenação de Registro Escolar - IFAP

VERSO



**Curso Técnico em Segurança do Trabalho, na forma subsequente, na modalidade a
distância
IFAP**

Curso _____, aprovado pela Resolução nº _____, de ____/____/____. Ifap. Código autenticador no Sisteec nº _____.
Carga horária total do curso: xxxx horas
Diploma expedido pelo (nome do setor), do Câmpus _____, data ____/____/____.
Assinatura _____

Registro com validade em todo o território nacional, conforme Lei nº 9.394 de 20/12/1996, art. 48, §1º; Lei nº 11.892, de 29/12/2008, art. 2º, §3º, sob o nº _____, Livro nº _____, às folhas nº _____, conforme processo nº _____.
Data ____/____/____.
Assinatura do responsável (nome, cargo, e Portaria) _____

Fonte – Coordenação de Registro Escolar -IFAP

APÊNDICE II MODELO HISTÓRICO ESCOLAR

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP

HISTÓRICO ESCOLAR

Dados do Instituto

Endereço: _____
 Ano de criação: Portaria nº 1.366/2010 - MEC Código Inst.: _____

Dados do Aluno

Nome: _____ Data de nascimento: _____
 Matrícula: _____ Identificação única: _____
 Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
 RG nº _____ Órgão Expedidor: UF _____ Data de expedição: _____
 País: _____ Mãe: _____

Dados do Curso

Nome do curso: Técnico de Nível Médio em XXXXXX
 Autorização: Resolução nº 004/2011 - CNE/SEP
 Forma: Integrado Regime: Semestral Períodicidade: Anual
 Ano de ingresso: _____ Série atual: _____
 Ano de conclusão do curso: --- Data de colação de grau: ---

Componente Curricular	Série											
	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano		
Base Nacional Comum	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.
Carga Horária Total	800			800			800			800		
Parte Diversificada	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.
Carga Horária Total	80			80			-			-		
Formação Profissional	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP

HISTÓRICO ESCOLAR

Componente Curricular

Componente Curricular	Série											
	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano		
Formação Profissional	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.	CH	Nota	Freq.
Carga Horária Total												
Prática Profissional (Ativ. Supervisionada + Atividade Complementares)												
Carga horária prevista: 300h	Carga horária cumpri. de: 300h											
Carga Horária Total do Curso:												
Nota mínima para aprovação em cada componente curricular: 4,0 (pela)												

Maceió, XXI de XXXX de XXXXX

Coordenador(a) de Registro Escolar
 Portaria nº 106/2012

Diretor(a) de Departamento de Ensino
 Portaria nº 100/2010

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP I



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ
CÂMPUS MACAPÁ

APÊNDICE III
FORMULÁRIO PARA AVERBAÇÃO DE CERTIFICADOS

COORDENAÇÃO DO CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO			
CERTIFICADOS APRESENTADOS			
DOCUMENTOS	C.H.	PERÍODO DO CURSO	CATEGORIA
TOTAL			

Aluno

Coordenador de Curso

Recibo da Secretaria

____/____/____

Recibo

Fonte: Coordenação de Registro Escolar - IFAP